



PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL N. 0002113-53.2014.4.01.3400/DF**

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA  
APELANTE : [REDACTED]  
ADVOGADO : DF00035855 - THAISI ALEXANDRE JORGE E OUTROS(AS)  
APELADO : UNIAO FEDERAL  
PROCURADOR : MA00003699 - NIOMAR DE SOUSA NOGUEIRA  
APELADO : [REDACTED]  
PROCURADOR : PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**EMENTA**

CONCURSO PÚBLICO. ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL. EDITAL N. 1/2013. EXAME PSICOTÉCNICO. PERFIL PROFISSIONAL SIGILOSO. CRITÉRIOS SUBJETIVOS. MOTIVOS E MOTIVAÇÃO INSUFICIENTES. REPETIÇÃO. CRITÉRIOS OBJETIVOS E PÚBLICOS. RE 1.133.146 RG/DF.

1. Em juízo de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência, cristalizada na Súmula 686, pela necessidade de previsão em lei, em sentido estrito e de critérios objetivos previamente divulgados, para aplicação de exame psicotécnico (AI 758.533 QO-RG/MG, Rel. Ministro Gilmar Mendes, Pleno, DJe de 13/08/2010). Pela jurisprudência do STF, “é necessário um grau mínimo de objetividade e de publicidade dos critérios que nortearão a avaliação psicotécnica. A ausência desses requisitos torna o ato ilegítimo, por não possibilitar o acesso à tutela jurisdicional para a verificação de lesão de direito individual pelo uso desses critérios” (MS 30822/DF, Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe de 26/06/2012).

2. Na linha da jurisprudência deste Tribunal: “3. O exame psicológico não pode examinar o temperamento ou a compatibilidade de traços de personalidade com o cargo ou atribuições do cargo a ser exercido, restringindo-se a aferir se o candidato tem transtornos cognitivos e/ou comportamentais ou patologias mentais. 4. As avaliações de características da personalidade são altamente subjetivas, insuscetíveis de determinação e medição, válida para uma pessoa no decorrer de toda sua vida e em todas as circunstâncias, diga-se, são características de toda pessoa. ...7. No caso dos autos [...] não há parâmetro no edital dos critérios e do perfil profissional almejado, sendo, portanto, inócuo se determinar que o candidato se submeta a novo exame” (EAC 0039621-09.2009.4.01.3400/DF, Desembargador Federal Néviton Guedes, 3S, 21/10/2015).

3. O mesmo Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral, firmou a seguinte tese (Tema 1009): “No caso de declaração de nulidade de exame psicotécnico previsto em lei e em edital, é indispensável a realização de nova avaliação, com critérios objetivos, para prosseguimento no certame” (RE 1.133.146 RG/DF, Ministro Luiz Fux, Pleno, DJe 26/09/2018).

4. Provimento à apelação, reformando-se a sentença para que o autor possa repetir o exame psicotécnico, conforme requerido, com critérios objetivos e previamente divulgados e, caso aprovado, participe das demais etapas do certame.

**ACÓRDÃO**

Decide a Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 22 de julho de 2019.

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA  
RELATOR